

ATA ORDINÁRIA Nº 04/2025 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos vinte e oito do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, as quatorze horas, na primeira parte, reuniram-se de forma híbrida – de forma presencial os membros do Comitê de Investimentos do TIMBÓPREV: Carmelinde Brandt, Greyce Nardelli Severino, Joel Ricardo Raiter, e de forma virtual juntamente com os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração: Alan Evaristo Mengarda, Chantelli Thayna Ritter Izeppi, Graciela Ines Uber Gomes, Giani Zaira Seidel, Greyce Nardelli Severino; os membros titulares do Conselho Fiscal: Katia Regina Lazarini Vilvert, Tiago Teixeira Larangeira e Vanessa Grazielle Maas; e os Srs. Eduardo Barão e Ernesto Lesan Meyer da SMI Consultoria. A Sra. Carmelinde cumprimentou e agradeceu a presença dos participantes e passou a palavra a SMI Consultoria. O Srs. Eduardo e Ernesto, economistas da SMI, se apresentaram e deram início a reunião apresentando e explicando do que se trata o Estudo de ALM (*Asset Liability Management*) de 2025 baseados no cálculo atuarial do Timbóprev que tem a data-base de 31/12/2024 e recursos disponíveis do Timbóprev até 28 de fevereiro de 2025. **1) Introdução ao Asset Liability Management** – O Sr. Ernesto explicou que O ALM tem como principal objetivo identificar a melhor combinação entre os ativos, que representam os investimentos do RPPS, e os passivos, que correspondem às obrigações do RPPS com seus segurados, tanto de curto quanto de longo prazo. O propósito é realizar o gerenciamento dos ativos de modo a promover o alinhamento com os passivos do regime. Adicionalmente, busca-se estruturar uma carteira de investimentos que supere a meta atuarial, uma vez que o RPPS possui metas de rentabilidade anuais a serem atingidas. Assim, a carteira deve apresentar desempenho superior à referida meta. Para a elaboração do estudo de ALM, foram definidos três pilares fundamentais que servirão de base para o desenvolvimento do trabalho. **1.1) Posição Patrimonial Atual | Carteira de Investimentos** – O Sr. Ernesto continuou a apresentação destacando que o primeiro pilar do estudo corresponde à carteira atual do RPPS. Foi ressaltado que a posição considerada é referente ao final de fevereiro de 2025. Apesar do estudo ter sido entregue em abril, a carteira utilizada tem como base fevereiro, que era a data mais atual disponível na época da elaboração do estudo. A carteira está distribuída aproximadamente da seguinte forma: 23% em CDI, 4,60% em IMA-B 5+, quase 4% em fundos estruturados, 4,62% em fundos de carência e letras financeiras, e cerca de 64% em títulos públicos. Destacou-se que a carteira apresenta uma posição bastante significativa em títulos públicos marcados na curva. Adicionalmente, cerca de 3,82% da carteira está alocada em fundos de renda variável, principalmente fundos de bolsa. Com base nas projeções de longo prazo, a carteira teria um retorno real estimado de 6,66%, com volatilidade de 1,58%, valor considerado baixo. Por fim, foram apontadas as maiores posições do RPPS, que se encontram em títulos públicos, CDI, fundos de carência e fundos de IMA-B5+. **1.2) Fluxo Anual do Resultado Previdenciário** – O Sr. Ernesto deu continuidade à apresentação, abordando o segundo pilar do estudo de ALM, referente ao passivo, ou seja, às obrigações que o RPPS deve cumprir junto aos seus segurados. Foi apresentado um gráfico que demonstra o resultado previdenciário projetado para o Timbóprev ao longo dos anos, até aproximadamente 2099. O gráfico foi destacado como de interpretação um pouco mais complexa, e foi explicado que, nos primeiros anos, até cerca de 2030, os valores estão negativos. Esse saldo negativo indica que o RPPS está acumulando patrimônio, ou seja, está aumentando seu patrimônio ao invés de utilizá-lo. A partir de aproximadamente 2031 ou 2032, inicia-se o uso do patrimônio acumulado para o pagamento das obrigações junto aos segurados. O pico desse uso ocorre por volta de 2045, quando o RPPS alcança o maior volume de utilização de patrimônio. Após esse pico, o valor começa a diminuir, havendo um pequeno aumento novamente em torno de 2060, seguido de nova redução. Foi ressaltado que essa diminuição progressiva está relacionada à redução do número de segurados ao longo do tempo, conforme previsto no estudo atuarial realizado em 2024, o qual aponta para a tendência de redução da base de segurados, impactando consequentemente a utilização do patrimônio. **1.3) Avaliação dos Ativos para Composição da Carteira** – Foi apresentado o terceiro pilar do estudo, que corresponde à projeção do mercado. Inicialmente, foram analisados diversos índices de mercado nos quais o RPPS pode investir, projetando-se a rentabilidade real desses índices, considerando também a volatilidade associada. Destacou-se que o fundo CDI apresenta uma rentabilidade projetada média de 4,41%, os fundos IMA-B,

50 9,81%, e os fundos no exterior, 14,67%, entre outros índices detalhados na apresentação.
51 Adicionalmente, foram apresentadas as projeções de retorno das NTN-Bs, ressaltando que as taxas
52 consideradas estavam vigentes na data de referência de 24 de março de 2025, momento em que o
53 estudo foi realizado. As taxas observadas para as NTN-Bs foram as seguintes: NTN-B 2026 com 9%, NTN-
54 B 2040 com 7,5% e NTN-B 2060 com 7,45%. Foi mencionado que, com base no acompanhamento diário
55 do mercado, essas taxas permanecem próximas dos valores apresentados, indicando que qualquer
56 movimentação realizada pelo RPPS poderá capturar taxas acima de 7%, dado que o mercado não sofreu
57 queda significativa nesses índices. **1.4) Fronteira Eficiente | Combinação Otimizada de Ativos** – Com a
58 definição dos três pilares necessários para o estudo de ALM, o Sr. Ernesto apresentou a etapa seguinte,
59 baseada em simulações por meio da fronteira eficiente de Markowitz. Foram simuladas diversas
60 possibilidades de composição da carteira do RPPS, considerando diferentes combinações de risco e
61 retorno. A análise gerou uma curva representada graficamente, em que cada ponto da linha verde
62 corresponde a uma carteira possível. Nesta representação, carteiras posicionadas mais à esquerda
63 apresentam menor volatilidade, enquanto aquelas mais altas na vertical demonstram maior potencial de
64 retorno. O objetivo principal dessa etapa é identificar, dentro da fronteira eficiente, a carteira que
65 proporcione rendimento acima da meta atuarial, com a menor volatilidade possível, priorizando a
66 segurança da alocação dos ativos. **1.5) Resultados de Otimização da Carteira** – Foi apresentada a
67 carteira ideal para o RPPS, conforme resultado da otimização. Essa carteira, apresentou um retorno real
68 estimado de 5,93%, com uma volatilidade de 0,26%. Ressaltou-se que essa volatilidade é extremamente
69 baixa, o que indica uma composição com alto nível de estabilidade. Destacou-se que a meta de
70 rentabilidade do Timboprev é de IPCA + 4,91%, e que a carteira otimizada supera essa meta com
71 significativa margem e mínima volatilidade. Para fins comparativos, foi exibida a carteira atual do RPPS,
72 com base na posição de fevereiro. Observou-se que a carteira atual apresenta menor rentabilidade em
73 relação à carteira ideal e uma volatilidade ainda inferior, mas que, mesmo assim, permanece acima da
74 meta atuarial vigente. **1.6) Análise Estocástica – Patrimônio Líquido** – Foi detalhada a composição da
75 carteira sugerida no estudo de ALM, com a comparação entre a carteira atual do RPPS e a alocação
76 recomendada. A sugestão principal consiste na redução das posições em fundos de ações e em fundos
77 IMA-B 5+, com aumento de aproximadamente 2% em fundos CDI e expansão de 48,82% em NTN-Bs
78 2028 e 2055. Assim, somando os ajustes, o portfólio teria um acréscimo de 6,45% em títulos públicos,
79 possibilitando a substituição de ativos mais voláteis por alternativas mais seguras. Com base nessa
80 composição, foi realizada uma análise estocástica de projeção patrimonial, com o objetivo de comparar a
81 carteira atual com a carteira sugerida ao longo de um período de 30 anos. Ambas partem do mesmo
82 valor patrimonial em 2025. A projeção indica que, em 2054, a carteira atual pode atingir
83 aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, enquanto a carteira sugerida teria um patrimônio de R\$ 762 milhões. A
84 diferença entre os resultados reflete a estratégia adotada por cada composição. Foi apresentado um
85 gráfico com a variação entre as duas carteiras, no qual se observa que a atual possui maior volatilidade,
86 com oscilações mais acentuadas ao longo do tempo. Já a carteira sugerida apresenta uma trajetória mais
87 estável e constante, com menores riscos associados. **1.7) Conclusão – Comparativo de Carteiras** – Na
88 conclusão do estudo, foi realizado um comparativo entre as duas carteiras dentro da fronteira eficiente.
89 A carteira atual do RPPS está posicionada próxima à linha da fronteira eficiente. Ressaltou-se que, para o
90 nível de volatilidade observado, a carteira atual oferece uma rentabilidade compatível com carteiras
91 eficientes, indicando que já está bem posicionada. No entanto, considerando o objetivo principal do
92 estudo, que é a redução da volatilidade, a carteira sugerida apresenta uma alternativa mais
93 conservadora, com menor oscilação e, conseqüentemente, menor rentabilidade projetada, mas ainda
94 acima da meta atuarial. **2) Dúvidas e Considerações** – Durante a etapa final da apresentação, o Sr. Joel
95 questionou sobre o impacto de um eventual cenário de desinvestimento por necessidade de cobertura
96 de déficit financeiro. Foi levantada a hipótese de um cenário em que houvesse dificuldades em repasses
97 e, conseqüentemente, necessidade de reduzir o patrimônio para cumprimento das obrigações. O Sr. Joel
98 perguntou se o estudo de ALM contemplaria esse risco de descasamento de fluxo. O Sr. Eduardo
99 esclareceu que o estudo de ALM considera uma reserva de liquidez correspondente a 20% do
100 patrimônio, conforme estabelecido na Política de Investimentos vigente, que determina que essa parcela

deve possuir liquidez inferior a 90 dias. Destacou que, mesmo com a sugestão de alocação de até 25% em ativos líquidos no estudo apresentado, o limite prudencial permanece sendo de 20%, garantindo assim um colchão de liquidez suficiente para eventuais necessidades emergenciais. O Sr. Joel observou que o estudo parte da premissa de um cenário de equilíbrio financeiro e evolução ascendente do patrimônio. Caso ocorra uma mudança nesse cenário, com trajetória descendente, haveria impacto nas projeções e, conseqüentemente, necessidade de revisão do ALM. O Sr. Eduardo confirmou a observação e reiterou que o gráfico de fluxo apresentado (receitas menos despesas) prevê um período inicial de acúmulo patrimonial até cerca de 2030-2031. A partir deste ponto, o RPPS começaria a utilizar o patrimônio acumulado para pagamento dos benefícios, com pico de uso estimado entre 2045 e 2050, seguido de redução gradual. O Sr. Eduardo reforçou que o estudo considera os dados atuariais fornecidos, incluindo repasses, aposentadorias previstas, quantidade de servidores ativos e elegíveis à aposentadoria. Caso ocorra alguma mudança significativa nesse fluxo — como, por exemplo, atraso ou suspensão de repasses por parte do ente federativo — o estudo precisará ser reavaliado. O Sr. Joel questionou se, diante de eventual alteração no plano de equacionamento do déficit atuarial — especificamente em caso de redução de alíquota —, que leve a um possível desequilíbrio financeiro, seria necessário revisar o estudo de ALM. O questionamento se referia à possibilidade de que uma mudança no plano impactasse diretamente o fluxo de receitas projetado, comprometendo a sustentabilidade financeira. Em resposta, o Sr. Eduardo esclareceu que, nesse tipo de situação, de fato seria necessário realizar um novo estudo de ALM, uma vez que a alteração nas alíquotas impactaria diretamente o fluxo atuarial e financeiro projetado ao longo do tempo. Explicou que, nestes casos, o procedimento correto seria a reavaliação atuarial, seguida da reestruturação do ALM com base nos novos parâmetros. Ressaltou que embora esse tipo de alteração seja raro, é tecnicamente possível e deve ser monitorado. Destacou que o estudo de ALM sempre considera o limite de liquidez previsto na política de investimentos — mínimo de 20% do patrimônio com liquidez inferior a 90 dias —, o que oferece certa segurança para enfrentar eventuais oscilações ou atrasos de repasse. Reforçou que a estrutura da carteira contempla prazos de resgate compatíveis com essa exigência, como fundos D+1 a D+4, incluindo IMA-B5+, fundos de ações e fundos no exterior. Na sequência, a Sra. Carmelinde acrescentou que, caso houvesse necessidade de liquidez e a maior parte dos recursos estivesse alocada em títulos públicos marcados na curva, ainda haveria a possibilidade de resgates antecipados. Contudo, essa operação implicaria a reclassificação dos papéis para marcação a mercado, sujeitando-se à volatilidade das taxas de juros. O Sr. Eduardo confirmou a observação e esclareceu que, em caso de necessidade de venda antecipada de títulos marcados na curva, o Ministério da Previdência admite a justificativa de alteração de fluxo financeiro como causa válida. Citou como exemplo a ocorrência de repasses interrompidos por um período prolongado, cenário que não constava na avaliação atuarial inicial. Nessa hipótese, é permitido reclassificar os papéis para marcação a mercado e realizar a venda no mercado secundário, com eventuais impactos positivos ou negativos decorrentes da variação nas taxas.

2.1) A seguir, a Sra. Carmelinde informou que o estudo de ALM apresentado teve como base a posição da carteira em fevereiro. Naquele momento, o ALM vigente ainda permitia novas aquisições de títulos públicos. Em março, foram realizados aportes de R\$ 3 milhões, que não foram considerados no estudo mais recente, o que impacta diretamente os percentuais de alocação sugeridos. O Sr. Eduardo confirmou a observação e explicou que esse valor já pode ser considerado como abatimento do montante previsto para aplicação no ano de 2028, conforme o ALM. Como o vencimento adquirido foi 2035, mas ainda relativamente próximo da janela de 2028, esse ajuste é coerente com a estratégia proposta. Assim, do total de R\$ 8 milhões indicados para alocação em 2028, restariam agora aproximadamente R\$ 5 milhões. A Sra. Carmelinde informou que, na semana anterior, foi realizada nova compra de R\$ 3 milhões em títulos com vencimento em 2028, desta vez já em conformidade com o novo ALM. Eduardo confirmou que, com essa nova alocação, o total aplicado chega a R\$ 6 milhões, restando, portanto, um espaço aproximado de R\$ 2 milhões ainda disponíveis para alocação no ano de 2028, além dos R\$ 2,7 milhões indicados no ano de 2055. Dessa forma, o saldo disponível para novas aplicações, respeitando os limites sugeridos no estudo, seria em torno de R\$ 4 milhões. Em seguida, o Sr. Eduardo destacou a evolução da composição da carteira ao longo dos ciclos de ALM realizados. Demonstrou, por meio de gráfico

comparativo, que a carteira atual se posiciona muito próxima da fronteira eficiente, o que representa uma relação risco-retorno otimizada. Enfatizou que a redução da volatilidade observada nos últimos meses é indicativo de maior resiliência da carteira frente a choques externos inesperados, como pandemias ou conflitos geopolíticos, e que a forte presença de títulos públicos colabora com essa estabilidade. Finalizou afirmando que, caso o cenário macroeconômico evolua com inflação controlada e queda na taxa de juros, será necessário aumentar a exposição ao risco, buscando alternativas como renda variável, IMA-B 5+ e investimentos no exterior. No entanto, a atual base sólida de títulos públicos será fundamental para mitigar os impactos e garantir a segurança da carteira durante essa transição. Carmelinde encerrou questionando se havia mais dúvidas por parte dos participantes presentes, não havendo manifestações adicionais no chat. Eduardo reiterou que a equipe está à disposição para esclarecimentos adicionais e reforçou que o estudo foi encaminhado para análise dos conselheiros. **3) Segunda Parte** – Após finalizar a reunião com a SMI, os membros do Comitê: Carmelinde Brandt, Greyce Nardelli Severino, Joel Ricardo Raiter e Romero Espíndola e Silva, deram andamento a reunião ordinária, para acompanhar a carteira de investimentos do Instituto em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos e analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado e os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico proposta pela consultoria de investimento – SMI Consultoria. **4) Carteira de investimentos e Demonstrativos** – Como haverá a terceira parte da reunião logo em seguida com SMI Consultoria, o Comitê apenas pontuou os dados mais importantes sobre a rentabilidade do mês de março/2025 que foi de R\$ 2.093.687,87. No acumulado do ano, a rentabilidade totalizou R\$ 4.933.523,48. A meta atuarial da carteira para o mês de março era de 0,96%, tendo a carteira alcançado 1,25%, superando a meta mensal. No acumulado do ano, a rentabilidade da carteira (3,03%) encontra-se ligeiramente abaixo da meta prevista (3,27%). No tocante ao relatório financeiro, foi apontado um superávit de cerca de R\$ 2.000.000,00 no mês, influenciado também pelas receitas oriundas do COMPREV. Mesmo desconsiderando o valor de R\$ 1.400.000,00 referente ao COMPREV, o resultado permaneceria positivo, com superávit superior a R\$ 500.000,00. Ressaltou-se que esses valores vêm sendo aplicados em ativos indexados ao CDI. O patrimônio líquido do Instituto, ao final de março, totalizou R\$ 171.082.962,13. Com relação ao COMPREV, há expectativa de recebimento de aproximadamente R\$ 1.900.000,00 no mês de maio, valor referente à competência de março. **5) Títulos Públicos e Espaço no ALM** – Na sequência, a Sra. Carmelinde abordou o estudo do ALM divulgado em abril, que teve como base a carteira de fevereiro. No mês de março, ainda sob vigência do estudo anterior, foram adquiridos R\$ 3.000.000,00 em NTN-B 2035. Contudo, essa operação não foi considerada no novo estudo. A orientação recebida do Sr. Eduardo Barão foi de considerar tal aquisição como pertencente ao vencimento do ano de 2028, dada a proximidade do vencimento (2035). Soma-se a isso a aquisição recente, realizada na semana anterior, também no valor de R\$ 3.000.000,00. Assim, do limite permitido de R\$ 8.000.000,00 para o vencimento 2028 no novo ALM, já teriam sido utilizados R\$ 6.000.000,00, restando apenas R\$ 2.000.000,00. Além disso, permanece disponível R\$ 2.700.000,00 para alocações no vencimento 2055. A Sra. Greyce levantou questionamento e preocupação quanto à adequação desses vencimentos, se o correto não deveria ser a consideração da alocação no vencimento do ano de 2055. O Sr. Joel acredita que a situação não deve representar prejuízo ao fluxo projetado. Foi consenso entre os presentes que, embora o estudo vigente deva ser respeitado, as aquisições realizadas anteriormente à sua publicação foram pautadas na validade do ALM anterior e respeitaram os limites até então vigentes. A Sra. Greyce destacou que inclusive a aquisição de março foi motivada por recomendação da SMI que visava à redução de exposição em BDRs. O comitê então avaliou a possibilidade de realizar atualização do ALM considerando base de dados de março e refletindo as movimentações de abril. Sobre operacionalização de compras, a Sra. Carmelinde mencionou dificuldades na cotação de títulos com a corretora Genial, reforçando que frequentemente há demora na resposta, o que prejudica a efetividade nas operações, impactando negativamente no fechamento das taxas negociadas. Em um episódio anterior, inclusive, houve fechamento unilateral por parte da corretora, sem o aceite formal por parte do Instituto. Foi consenso do grupo registrar formalmente as dificuldades enfrentadas com essa corretora e deliberar pela suspensão de novas cotações com a mesma, tendo em vista que já há quantidade mínima de corretoras atuando regularmente nas cotações. Caso haja eventual

questionamento, será informado que a decisão foi deliberada em comitê. Por fim, a Sra. Greyce apresentou dados atualizados do fundo IMA-B 5+, com saldo de aproximadamente R\$ 8.018.000,00, com cotização em D+1 e liquidez em D+2. Informou que está acompanhando diariamente as cotações e que, caso a rentabilidade continue positiva nos próximos dias, poderá ser considerado resgate. O Comitê irá consultar o Sr. Rafael sobre a margem mínima ideal de rentabilidade para proceder ao resgate. **6)**

Terceira Parte: Cenário Econômico – Participação SMI Consultoria – Na terceira parte, reuniram-se de forma híbrida – de forma presencial os membros do Comitê de Investimentos do TIMBÓPREV: Carmelinde Brandt, Greyce Nardelli Severino, Joel Ricardo Raiter, e Romero Espíndola e Silva, de forma virtual juntamente com os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração: Alan Evaristo Mengarda, Graciela Ines Uber Gomes, Greyce Nardelli Severino e Romero Espíndola e Silva; os membros titulares do Conselho Fiscal: Katia Regina Lazarini Vilvert, Tiago Teixeira Laranjeira; e os Srs. Igor Almeida e Rafael Demeneghi da SMI Consultoria. A Sra. Carmelinde cumprimentou e agradeceu a presença dos participantes e passou a palavra a SMI Consultoria, com os Srs. Igor e Rafael. O Sr. Igor, economista da SMI, deu início a reunião apresentando dados do Cenário Econômico Externo, Cenário Brasileiro, e Política Monetária. **7) Carteira de Investimentos do Timbóprev** – O Sr. Rafael continuou com a apresentação com dados da carteira do Timbóprev do mês de março/2025. **7.1) Alocação por classe/benchmark** – A carteira está com predominância da renda fixa, de acordo com a recomendação técnica da SMI, que orienta pela manutenção de alocação majoritária nessa classe, considerando o cenário de taxa de juros elevada. A alocação em ativos indexados ao CDI é de 22,10%. No que se refere aos fundos de investimento, destacou-se que, os fundos CDI permanecem sendo a única classe recomendada para aumento de exposição. Essa alocação proporciona boa liquidez à carteira. A exposição a NTN-Bs, marcados na curva, corresponde a 64,60% da carteira. As letras financeiras representam 4,60% da carteira, compondo, juntamente com os títulos públicos, a estratégia de preservação da meta atuarial com baixa volatilidade. Em relação ao IMA-B 5+, observou-se recuperação no desempenho durante o trimestre, beneficiada pela leve queda nas taxas das NTN-Bs. Ressaltou-se que, em qualquer cenário de recuo nas taxas desses títulos, o IMA-B 5+ tende a apresentar retorno expressivo. Ainda assim, a equipe técnica avalia que, no momento oportuno, será adequado realizar desinvestimento gradual nesta classe, com realocação dos recursos para o CDI. Por fim, as exposições em bolsa de valores e Fundos de Investimento em Participações (FIP) representam 3,70% e 0,50% da carteira, respectivamente. **7.2) Performance dos Índices** – Na sequência da reunião, foram apresentados os principais índices de mercado com relevância direta sobre a carteira do Instituto. O CDI apresentou rendimento de 0,96% no período. A expectativa é de que o CDI continue superando a meta atuarial ao longo de 2025, não sendo projetadas dificuldades em relação a esse desempenho. O índice IMA-B 5+, após período de instabilidade, demonstrou recuperação significativa, registrando 2,83% de retorno. Esse resultado está associado à queda nas taxas dos títulos públicos, movimento que impacta positivamente esse benchmark. Em relação à renda variável doméstica, o Ibovespa também apresentou desempenho positivo, com valorização de 6,08%, refletindo uma recuperação do mercado acionário nacional. Por outro lado, a classe de investimento no exterior mostrou-se desfavorável, sendo o principal fator negativo da carteira no período. O índice S&P 500 (em dólares) registrou desempenho insatisfatório, impactando negativamente a alocação internacional. Ressaltou-se que o ano tem sido particularmente negativo para essa classe de ativos. Foi destacada a correlação observada entre a queda nas taxas de juros de longo prazo (NTN-Bs) e a valorização da bolsa de valores, o que reforça a estratégia de, futuramente, desfazer as exposições em IMA-B 5+ e manter a exposição em renda variável. Tal estratégia visa capturar ganhos na bolsa em um cenário de continuidade da queda dos juros, ao mesmo tempo em que busca mitigar o risco da carteira, especialmente considerando a expectativa de maior volatilidade em 2026, ano de eleições. **7.3) Retorno financeiro Acumulado e PL** – Foi apresentada a consolidação do retorno financeiro acumulado da carteira, com destaque para o desempenho positivo no mês de março. No período, o retorno financeiro mensal foi de R\$ 2.093.877,87, totalizando um acumulado no ano de R\$ 4.933.523,48. O patrimônio líquido do Instituto também apresentou evolução, alcançando o montante de R\$ 171.082.962,13, o que reflete a consistência da política de investimentos adotada. Destacou-se que a carteira apresenta características de alta estabilidade e proteção, resultado de um

trabalho estratégico conduzido em conjunto com o comitê de investimentos, com foco na diversificação e no equilíbrio entre risco e retorno. Mesmo em cenários em que as classes de maior risco possam apresentar desempenho negativo, a composição robusta em ativos indexados ao CDI e títulos públicos garante a sustentação da carteira, viabilizando resultados positivos recorrentes, o que reforça a efetividade da estratégia de blindagem adotada. **7.4) Movimentações da Carteira no mês** – Foram apresentadas as principais movimentações realizadas na carteira durante o mês de março de 2025. Destacou-se a aquisição de títulos públicos no valor de R\$ 3.000.000,00, com taxa de IPCA + 7,60%, considerada uma das mais elevadas para vencimentos de médio a longo prazo, com prazo médio estimado para o ano de 2035. Tal operação é avaliada como altamente benéfica para o desempenho da carteira no médio e longo prazo. **7.5) Estudo de ALM** – No que tange ao Estudo de ALM (*Asset Liability Management*) recentemente entregue à Timbóprev, foi observado que o documento prevê um espaço estimado de alocação próximo a R\$ 10.000.000,00 em determinadas classes de ativos. No entanto, destacou-se a necessidade de descontar desse limite os valores já executados, como os R\$ 3.000.000,00 adquiridos em março, bem como quaisquer outras alocações realizadas após a base de dados utilizada no estudo. Ressaltou-se a importância de verificar no próprio relatório a data de referência da carteira considerada, para apuração precisa do saldo remanescente disponível para novas alocações, em conformidade com os limites indicados no ALM. **7.6) Projeção do CDI para 2025** – Não houve alterações nos parâmetros esperados, permanecendo a estimativa de retorno de aproximadamente 14% no ano. Houve, no entanto, uma revisão na projeção da inflação, que passou para 5,57%. Dessa forma, caso o CDI fosse comparado a uma NTN-B, teria um comportamento aproximado de CDI e IPCA+8, o que evidencia que, com a atual taxa do CDI, a meta atuarial estaria garantida para o exercício de 2025. **7.7) Recomendações** – Reforçou-se a recomendação de aumento de posição em títulos públicos, conforme orientado no estudo de ALM mais recente. O referido estudo indica espaço de alocação próximo a R\$ 10.000.000,00, devendo-se descontar os montantes já executados, como as compras de R\$ 3.000.000,00 em março (NTN-B 2035) e R\$ 3.000.000,00 em abril (NTN-B 2028, com taxa de IPCA + 7,77%). A Sra. Carmelinde salientou que, conforme orientação da consultoria, o título de 2035 deve ser contabilizado dentro do limite previsto para 2028, o que reduz significativamente a margem para novas alocações. A sugestão foi confirmada pelo Sr. Rafael. Em relação à posição em BDRs, foi informado pela Sra. Carmelinde que o resgate foi integral e os recursos foram realocados em fundos CDI. A decisão foi respaldada pelo cenário de maior risco no exterior e pelo desempenho consistente do CDI, o qual deve seguir superando a meta atuarial também em 2026. A respeito do Fundo ITAÚ FIC GLOBAL DINÂMICO INSTITUCIONAL (CNPJ 32.972.942/0001-28), o Sr. Rafael apresentou uma análise comparativa com o fundo ITAÚ REFERENCIADO INSTITUCIONAL RENDA FIXA (CNPJ 00.832.435/0001-00). Verificou-se que, apesar da proposta de maior dinamismo, o fundo Global Dinâmico tem apresentado rentabilidade inferior ao Referenciado em diferentes horizontes (1, 2 e 3 anos), mesmo com maior risco e taxa de administração superior. A recomendação é de substituição do Global Dinâmico pelo fundo Referenciado, conforme destacado por Rafael e concordado pelos membros presentes. Durante a análise do fundo ITAÚ RENDA FIXA IMA-B 5+ FIC FI (CNPJ 14.437.684/0001-06), a Sra. Greyce informou que o investimento inicial foi de R\$ 8.000.000,00, e que a posição atual (última cotização) está em R\$ 8.018.000,00, com margem muito estreita para resgate. O Sr. Rafael recomendou cautela nesse tipo de operação, sugerindo uma margem de segurança de 1% a 1,5% em razão da cotização D+1 e liquidação D+2. O tema foi debatido também com participação do Sr. Joel. A Sra. Carmelinde mencionou que os recursos novos oriundos de compensações previdenciárias vêm sendo alocados em fundos CDI, mantidos nas instituições Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal. Questionou se haveria necessidade de buscar novas instituições, ao que o Sr. Rafael respondeu que, com base no radar de fundos da consultoria, as opções atuais já figuram entre as mais adequadas no segmento Art. 7º, III, “a”, e que não há necessidade de alteração no momento. Por fim, o Sr. Rafael informou que está elaborando uma nova simulação com projeções para o ano de 2026, que será apresentada em reunião futura, visando subsidiar tecnicamente as próximas decisões de alocação da carteira. **7.8) Estudo Carteira Atual com Exterior e IMA-B 5+ e Considerações Finais** – O Sr. Rafael apresentou estudo detalhado sobre a estrutura atual da carteira, considerando a média ponderada das NTN-B e Letras Financeiras, atualmente

305 em IPCA + 6,29%, o que representa uma excelente média de remuneração. Foram utilizados exemplos
306 simulando uma carteira de R\$ 100.000,00 para facilitar a compreensão dos impactos de alocação entre
307 curva, CDI e ativos de risco (como exterior, IMA-B 5+, bolsa e FIPs). Com base na composição simulada
308 (69% em NTN-B e LF, 22% em CDI e 9% em ativos de risco), demonstrou-se que, mantendo-se a meta
309 atuarial de IPCA + 4,91% (equivalente a 11,20% ao ano com inflação estimada de 6%), a carteira
310 apresenta margem de segurança para suportar até -4,47% de retorno negativo na classe de risco, sem
311 comprometer a meta. Na hipótese de retirada dos ativos de maior risco (investimentos no exterior e
312 IMA-B 5+), a capacidade de absorção de perdas se eleva significativamente, podendo a carteira suportar
313 até -26% de retorno negativo nas demais classes de risco, mantendo-se ainda acima da meta atuarial.
314 Esse cenário reforça a decisão da gestão de desinvestimento progressivo nesses ativos, priorizando
315 segurança e estabilidade. O Sr. Rafael também ponderou que, mesmo em cenários em que o CDI esteja
316 em 10% ao ano, os ativos atuais seriam suficientes para atingir a meta atuarial, tornando desnecessária a
317 exposição adicional a risco. No entanto, em caso de decisão institucional de elevar essa exposição — por
318 exemplo, aumentando participação em bolsa —, a rentabilidade exigida da nova alocação aumentaria
319 proporcionalmente, tornando imprescindível um desempenho positivo dessas classes. A Sra. Carmelinde
320 trouxe à pauta uma questão operacional relevante relacionada à cotação de títulos públicos. Relatou
321 que, embora o RPPS costume realizar cotações com no mínimo três instituições, há insegurança quanto à
322 confiabilidade de uma corretora específica, cujo comportamento tem gerado perda de oportunidade nas
323 operações, em razão de não cumprir as condições inicialmente ofertadas. A Sra. Greyce reforçou esse
324 ponto, relatando episódios em que a instituição não conseguiu honrar a taxa prometida, ocasionando
325 perda também da segunda melhor proposta. O Sr. Rafael reconheceu a recorrência dessa prática e
326 sugeriu que a instituição seja excluída das próximas cotações, destacando que existem diversas
327 corretoras sólidas com histórico de bom atendimento e condições competitivas. Reforçou ainda a
328 importância de registrar formalmente os episódios de não cumprimento de taxas via e-mail. A Sra.
329 Carmelinde confirmou que o procedimento de registro tem sido adotado, e que, em função da repetição
330 desses episódios, considera adequada a exclusão da referida instituição das futuras cotações. O Sr.
331 Rafael relatou ainda que outros clientes já enfrentaram a mesma situação e, inclusive, optaram pela
332 transferência de custódia devido à insatisfação com o atendimento. Encerrando a discussão, o Sr. Joel
333 consultou o Sr. Rafael sobre a possibilidade de, após o desinvestimento no ITAU RENDA FIXA IMA-B 5+
334 FIC FI (CNPJ 14.437.684/0001-06), aplicar os recursos no fundo Referenciado da própria instituição,
335 alternativa que foi considerada adequada pelo Sr. Rafael. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a
336 presente ata que vai assinada pelos participantes da reunião presentes. Timbó, 28/04/2025.

Alan Evaristo Mengarda
Conselho de Administração

Chantelli Thayna Ritter Izeppi
Conselho de Administração

Graciela Ines Uber Gomes
Conselho de Administração

Giani Zaira Seidel
Conselho de Administração

Greyce Nardelli Severino
Conselho de Administração
Comitê de Investimentos

Romero Espíndola e Silva
Conselho de Administração
Comitê de Investimentos

Carmelinde Brandt
Diretora Administrativa-Financeira
Comitê de Investimentos

Joel Ricardo Raiter
Comitê de Investimentos

Katia Regina Lazarini Vilvert
Conselho Fiscal

Tiago Teixeira Lorangeira
Conselho Fiscal

Vanessa Grazielle Maas
Conselho Fiscal